

12 AGO 1986

O MESQUITA

Economia - Brasil

# O negócio é não soltar a raposa no galinheiro

JORNAL DA TARDE

Como não está conseguindo mais sucesso com seu Plano Cruzado, seu único instrumento de política econômica, o governo resolveu mudar sua estratégia e agora está apelando — desculpem o trocadilho — para a polícia econômica. É exatamente este expediente que os ministros Dilson Funaro e João Sayad e seus agentes desencavaram para tentar conter as distorções provocadas pelo excesso de intervenção do Estado na vida das empresas e dos cidadãos. Passamos, rapidamente, do intervencionismo e da regulamentite aguda para a fase da repressão policial, numa ilustração perfeita daquela verdade que o presidente Sarney tanto gostava de repetir, antes que os fatos o obrigassem a calar: "Não existe liberdade política sem que haja liberdade econômica". E com um senão adicional: dificilmente este tipo de expediente alcançará os efeitos desejados pelas autoridades, que é conter a especulação ou o mercado negro.

Na semana passada, em dois episódios, as autoridades federais acionaram seus novos instrumentos de política econômica: determinaram a ação da Polícia Federal no mercado paralelo de dólar e proibiram, durante quatro meses, a transferência de linhas telefônicas entre particulares. As duas ordens partiram de Brasília depois que o dólar, no black, chegou a ser negociado com um ágio de mais de 80% em relação a seu valor no oficial e as linhas telefônicas chegaram a ser vendidas por um valor até dez vezes maior do que o seu preço de tabela.

Tanto no caso do dólar no paralelo quanto no dos telefones o governo incorreu numa grave confusão: tomou um efeito como causa e resolveu atacar a especulação com a polícia. Fez como o médico que, não conseguindo acabar com a doença de seu cliente, toma a sábia providência de quebrar o termômetro que registrava a febre do enfermo, acreditando que sem registro não haverá mais febre. Como bem lembrou o professor José Carlos Graça Wagner em artigo publicado ontem no Jornal da Tarde, "especulação é efeito e não causa".

De fato, quando se trata de mercado negro e cobrança de ágios na economia, nossas autoridades não precisam ficar alimentando a hamletiana dúvida de saber quem nasceu antes, se o ovo ou a galinha, para descobrir o que deve ser feito. O mercado negro e o ágio são filhos diletos da escassez. É o óbvio ululante, como dizia Nelson Rodrigues: se falta um produto, e ainda assim há agentes econômicos precisando dele, é natural que seu preço suba. E, se seu preço estiver tabelado, é natural que ele seja negociado com um sobrepreço. O preço de tabela fica valendo apenas para as fajutas estatísticas oficiais, o que deve servir para aplacar a consciência e o zelo profissional de quem prometeu o paraíso da inflação zero porque para qualquer outra coisa nós, consumidores, sabemos que não serve.

Não será uma ação policial e repressiva que irá alterar o quadro de escassez que se observa em todos os setores da economia brasileira, não só nessas duas áreas vítimas da fúria oficial na semana passada. Mesmo porque esta falta generalizada de produtos é consequência de equivocadas decisões políticas das autoridades que, agora, atabalhoadamente, apelam para o guarda da esquina e, como escreveu o professor Graça Wagner no artigo já citado, para "um furor proibitório que lembra os tempos iniciais do AI-5. E, antes disso, a enxurrada de decretos-leis, portarias, resoluções e circulares do Estado Novo, depois do golpe de Estado de 1937".

O caso dos telefones é exemplar. Os serviços de telecomunicações são um monopólio do Estado, que, para mantê-los e ampliá-los, cobra tarifas pelo seu uso sistemático. Como nosso serviço público é um sorvedouro de dinheiro, em função do desperdício crônico e da corrupção que o caracterizam, essas tarifas não eram suficientes para atender ao crescimento da demanda e, então, criou-se, ainda nos governos militares, uma sobretaxa, o Fundo Nacional de Telecomunicações, só para novos investimentos. Em pouco tempo as mordomias e o empregulismo também se apoderaram desses recursos e as empresas estatais de telecomunicações só arrecadavam para pagar as despesas de pessoal e custeio. Deixaram de ampliar a oferta de seus serviços de acordo com as necessidades do mercado e chegamos hoje a uma situação em que, só em São Paulo, registra-se a falta de 600 mil telefones.

Como não pode ampliar rapidamente essa oferta nem quer admitir sua incompetência empresarial, o governo proíbe a negociação das linhas telefônicas pensando, com isso, eliminar o mercado paralelo que se formou. Não irá resolver nada. Na realidade, a portaria do Ministério das Comunicações apenas transferiu para dentro do aparelho burocrático a cobrança de ágio: quem tiver um amigo no governo e na companhia telefônica ou quem se dispuser a pagar uma propina certamente continuará conseguindo realizar as transferências. É a estatização do ágio e a facilitação do suborno.

Quanto à explosão do dólar no mercado paralelo, as próprias autoridades econômicas, ao tentar explicá-la, acabaram confessando que a culpa — para eles só em parte — cabe ao próprio governo. Um dos motivos citados pelo ministro Funaro para a alta da moeda norte-americana no black é o contrabando de componentes para a indústria eletroeletrônica, que este ano já teria chegado a cerca de 400 milhões de dólares. Ora, se realmente isto é verdade — e não temos por que duvidar de Funaro —, esta entrada irregular no País de produtos para a indústria da informática ou para seus consumidores é consequência direta da danosa política de reserva de mercado e da mais danosa ainda atuação da Secretaria Especial de Informática. A SEI, dando uma interpretação ainda mais radical à já restritiva Lei da Informática, simplesmente impede às empresas importarem peças essenciais para seus produtos. E, para não paralisarem suas atividades, elas são forçadas a apelar para o mercado paralelo.

Não é só, porém. Quando tornam pouco atraentes as aplicações no mercado de capitais — imiscuindo-se nas bolsas de valores e no mercado financeiro ou manipulando os índices de inflação —, e não conseguem mais infundir confiança nos empresários para que invistam na área produtiva, as autoridades federais estão criando todas as condições para a fuga de recursos em direção aos mercados especulativos de dólar e de ouro. Em outras palavras: os investidores estão aplicando numa moeda forte — o dólar — garantida por um governo democrático, que respeita a sua própria legislação e as leis do mercado. Especulação com dólar no paralelo é o maior sinônimo de falta de confiança na política econômica.

A questão, como vimos, não é policial, mas econômica. E sobretudo política, porque é reflexo direto da intervenção do governo em atividades que deveriam estar nas mãos do setor privado e dos cidadãos. Nos países desenvolvidos cujos governos procuram adaptar-se às, ou aproveitar os impulsos das leis do mercado e não tentar infantilmente negá-las, as concessionárias privadas de telecomunicações que visam ao lucro e não têm quem as subsidie, ampliam os seus serviços com regularidade de acordo com a demanda, e não há escassez de telefones: portanto, não há mercado negro nem especulação ou cobrança de ágios. Nesses mesmos países não existem "reservas de mercado", nem os governos vivem interferindo nas bolsas de valores e no mercado financeiro; portanto, o mercado paralelo de dólares é marginal, não tem significado.

Talvez um dia a realidade acabe ensinando às nossas autoridades, à força de tantas repetições, que, a menos que se crie um sistema policial tão eficiente quanto o da URSS, o de Cuba ou o da Nicarágua, é impossível cercar todas as galinhas que tentam escapar cada vez que o governo solta a sua raposa dentro do galinheiro. O negócio é não soltar a raposa no galinheiro...